

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileveculos Companhia de Seguros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora encerrou o exercício com prêmios emitidos líquidos de R\$ 1.310,6 milhões, representando um recuo de 16,7% sobre o exercício de 2010. O lucro líquido de 2011 foi R\$ 25,1 milhões. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante		872.582	1.271.175
Disponível		524	524
Caixa e bancos	5	7.715	524
Aplicações		343.914	337.462
Créditos das operações com seguros e resseguros		326.770	678.726
Prêmios a receber	7	318.230	668.568
Operações com seguradoras		1	-
Operações com resseguradoras		6	1
Outros créditos operacionais		8.533	10.157
Títulos e créditos a receber		29.744	40.775
Títulos e créditos a receber		2.683	2.598
Créditos tributários e previdenciários	8	24.970	37.010
Outros créditos		2.091	1.167
Outros valores e bens		37.038	32.447
Bens a venda		37.038	32.447
Despesas antecipadas		52.583	74.092
Custos de aquisição diferidos		75.218	107.485
Seguros		75.218	107.485
Ativo não circulante		946.248	770.828
Realizável a longo prazo		932.887	755.462
Aplicações		494.252	386.458
Títulos e créditos a receber		437.248	368.452
Créditos tributários e previdenciários	6	51.744	42.594
Depósitos judiciais e fiscais	12	385.504	325.857
Custos de aquisição diferidos		1.387	552
Seguros		1.387	552
Investimentos		2.274	2.248
Imóveis destinados à renda		1.764	1.709
Outros investimentos		510	539
Imobilizado		2.028	2.345
Bens móveis		1.232	1.398
Outras imobilizações		796	947
Intangível		8.321	8.723
Outros intangíveis		8.321	8.723
Diferido		738	2.050
Diferido		738	2.050
Total de ativo		1.819.230	2.042.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas deliberaram o aumento de capital de R\$ 20 milhões. Os Grupos Banco do Brasil e MAPFRE celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao **GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE: a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. **b)** MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. Como estratégia operacional, inerente ao processo de

Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		1.014.379	1.342.917
Obrigações a pagar		71.978	126.922
Obrigações a pagar		24.912	38.203
Impostos e encargos sociais a recolher		23.189	44.857
Encargos trabalhistas		2.262	2.103
Impostos e contribuições		21.592	41.750
Outras contas a pagar		23	9
Débitos de operações com seguros e resseguros		38.343	78.503
Prêmios a restituir		510	272
Corretores de seguros e resseguros		37.782	78.188
Outros débitos operacionais		51	43
Depósitos de terceiros		13	2.736
Depósitos de terceiros		2.736	16.176
Provisões técnicas - seguros		14	901.322
Danos		901.322	1.122.116
Passivo não circulante		352.096	292.460
Exigível a longo prazo		352.096	292.460
Contas a pagar		7.737	5.539
Tributos Diferidos		7.737	5.539
Provisões técnicas - seguros		14	10.560
Danos		10.560	3.917
Outros débitos		12	333.799
Provisões judiciais		12	333.799
Patrimônio líquido		15	452.755
Capital social		222.431	172.431
Aumento de capital em aprovação		20.000	-
Reservas de capital		1.056	1.056
Reservas de lucros		207.277	232.165
Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.991	510
Total do passivo		1.819.230	2.042.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009	Nota	Reservas de lucros					Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial			
172.431		-	1.056	30.941	115.330	-	416	-	320.174
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(1.802)	-	94	-	94
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(1.802)
Lucro líquido do exercício							87.696		87.696
Proposta para destinação do resultado	15								
Reserva legal		-	-	3.545	-	-	-	(3.545)	-
Reserva especial para dividendos		-	-	-	-	21.038	-	(21.038)	-
Reserva suplementar		-	-	-	-	-	(63.113)	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010	172.431	50.000	1.056	34.486	176.641	21.038	510		406.162
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 31 de março de 2011	15	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital conforme PORTARIA SUSEP/CGRAT nº 1247, de 21 de julho de 2011	15	50.000	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	15	20.000	-	-	-	-	-	-	20.000
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	1.481	-	1.481
Lucro líquido do exercício							25.112		25.112
Proposta para destinação do resultado	15								
Reserva legal		-	-	1.256	-	-	-	(1.256)	-
Reserva especial para dividendos		-	-	-	-	5.964	-	(5.964)	-
Reserva suplementar		-	-	-	-	-	(17.892)	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	222.431	20.000	1.056	35.742	144.533	27.002	1.991		452.755

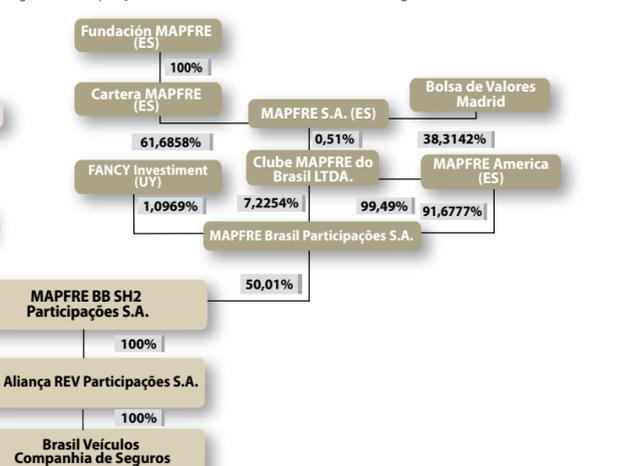
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileveculos Companhia de Seguros (doravante referida também como "Brasileveculos" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, à Rua Senador Dantas, 105 - 29ª parte, 30ª e 31ª andar, Centro, Rio de Janeiro e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros no mês de setembro de 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Brasileveculos, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil, e empresas a ele ligadas (doravante denominada "BB"), mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas em nota explicativa nº 21. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Em 17 de novembro de 2010, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Aliança REV Participações S.A. (anteriormente

denominada BB Aliança REV Participações S.A.) referida também como "Aliança REV" foi aprovado o laudo de avaliação de 25 de outubro de 2010, das ações representativas de 70% do capital social da Brasileveculos, que foram conferidas pela BB Seguros ao capital social da Companhia. A mesma Assembleia aprovou o aumento do capital social da Aliança REV e as decisões da referida AGE foram homologadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 24 de fevereiro de 2011. Como parte da reorganização societária e operacional inerente ao estabelecimento da parceria a Aliança REV Participações S.A. passa a ter a totalidade das ações da Brasileveculos Companhia de Seguros. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: **a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. **b)** MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424/2011 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga as Circulares SUSEP nº 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Nesse sentido, para fins de comparabilidade alguns saldos foram reclassificados, conforme descrito na nota 2 (b). Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 424/11 e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPC's homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 23. A Companhia não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424/11 e suas alterações posteriores. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) créditos tributários e ii) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** Desde outubro de 2011 as emissões das apólices da Companhia foram migradas para a MAPFRE Seguros Gerais S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.), pois estavam em sistema licenciado que até a associação com o Grupo MAPFRE era a estratégia adotada pela administração. Em virtude da associação do Grupo MAPFRE e Banco do Brasil S.A., descrita na Nota 1 foi decidido pela administração iniciar o processo de novas emissões em outra Companhia, conforme anteriormente mencionado. Essa estratégia está no contexto das reestruturações societárias e operacionais da parceria do Grupo MAPFRE e BB. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção das demonstrações de itens materiais no balanço patrimonial. **e) Instrumentos financeiros pelo valor justo por meio do resultado:** **i)** Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; **ii)** Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram registradas determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas homologadas pela SUSEP. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: **• Nota 3b)** Instrumentos financeiros; **• Nota 3m)** Classificação dos contratos de seguros; **• Nota 3n)** Mensuração dos contratos de seguros; **• Nota 3o)** Custos de aquisição diferidos; **• Nota 3p)** Provisões técnicas; **• Nota 3q)** Teste de adequação dos passivos; **• Nota 7)** Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e **• Nota 12)** Provisões judiciais. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: **•** Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; **•** Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e **•** Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curto prazo e liquidez imediata. **b) Instrumentos financeiros:** **Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **i)** Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; **ii)** Ativos financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **iii) Ativos financeiros disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **iii. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais custos a receber que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções de valor recuperáveis. **iv. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo:** A Companhia em seus ativos e passivos financeiros tem o reconhecimento inicial ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma: **• Mensuração dos ativos financeiros:** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam incorridos quando os ativos são vendidos ou transferidos. **• Mensuração dos passivos financeiros:** Os passivos são amortizados, adotando-se o método de juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os

pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Os recebíveis são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. **• Mensuração dos passivos financeiros:** A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **c) Despesas antecipadas:** Refere-se basicamente aos honorários de serviços prestados a SAEPAR Serviços e Participações, obedecendo ao regime de competência. A Companhia registrou o valor de R\$ 51.752 em 2011 (R\$ 73.727 em 2010). **d) Outros valores e bens:** A Companhia detém estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Quando da estimativa inicial adotamos o procedimento de contabilizar para os veículos recuperáveis 43,65% da Tabela FIPE e os veículos irrecuperáveis 14,00% da Tabela FIPE. Posteriormente esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de limpeza do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o Teste de Adequação dos Passivos (LAT) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros são consideradas como um elemento do fluxo de caixa. **e) Créditos e passivos tributários diferidos:** A Companhia mensura os seus créditos e passivos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais, aplicando, para o período das demonstrações financeiras, as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social, conforme legislação vigente. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda corrente é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240 ao ano e a provisão para contribuição social corrente é calculada sobre o lucro antes do imposto de Renda a alíquota de 15%, ambos apurados conforme legislação vigente. De acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a Companhia alterou os critérios contábeis previstos na legislação vigentes até 31 de dezembro de 2007, registrando no resultado os projetos e suas amortizações, que anteriormente eram registrados no Ativo Diferido, conforme determinado pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A Companhia optou pelo RTT (Regime Tributário de Transição) conforme Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e dessa forma, os ajustes temporários oriundos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, tiveram seus efeitos anulados para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **g) Investimentos:** O imóvel destinado à renda está demonstrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil do bem. As instalações de Imóveis destinados à renda se refere basicamente a obras, reformas e instalações internas. **Ativo Investimento**

Ativo Investimento	Valor	Util	%
Imóveis destinados à renda	25 anos	4%	
Instalações de imóveis destinados à renda	10 anos	10%	
Outros investimentos são compostos por ações representativas do capital da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e por ações de Incentivos Fiscais e são avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor provável de realização mediante constituição de provisão para desvalorização, a qual se refere, substancialmente, a valores inerentes a Incentivos Fiscais. h) Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando houver. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pela legislação vigente. De acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, tiveram seus efeitos anulados para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). i) Intangível: O custo de aquisição é reconhecido no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item no imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo Intangível			
Equipamento de informática	10 anos	10%	
Equipamento de telecomunicação	10 anos	10%	
Equipamento de rastreamento	10 anos	10%	
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos	10%	
Beneficiária de imóveis de terceiros	10 anos	10%	
i) Intangível: Outros Intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A Nomenclatura de Outros Intangíveis refere-se basicamente em ativos como o Software e projetos da Companhia. A Administração optou por não divulgar o Intangível pela sua imaterialidade. Amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que os ativos são inoperantes para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo Intangível			
Software	5 anos	20%	
Projeto corretor	5 anos	20%	
Projeto WAP1	5 anos	20%	
Projeto não cliente	5 anos	20%	
Projeto chat	5 anos	20%	

j) Diferido: Composto pelas despesas incorridas no desenvolvimento e implantação de sistemas de processamento de dados e projetos. Conforme disposto no Pronunciamento do CPC 13, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia efetuou as reclassificações previstas e optou por manter o saldo rem

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

as diretrizes que norteiam o processo de subscrição e aceitação de riscos prevendo para a precificação metodologia baseada nos dados históricos das apólices, dos registros de sinistros e dos perfis de risco dos condutores; • Norma de Subscrição de Riscos - Estabelece as disposições necessárias à avaliação dos riscos de subscrição a partir do desenvolvimento de novos produtos, alteração ou extinção de produtos comercializados, cálculo do prêmio, determinação dos limites de retenção, contratação de co-seguro e resseguro, cálculo do montante das provisões técnicas e outras atividades correlatas; • Questionário de Avaliação de Riscos - Parte integrante da proposta de seguro sendo utilizado no cálculo do prêmio (precificação) e como parâmetro para avaliação em caso de sinistro; • Avaliação do resultado da carteira Mensalmente é realizada uma avaliação detalhada do resultado da carteira para verificar se as regras de subscrição definidas estão alinhadas e dando o resultado esperado ou se precisam ser revistas. • Carregamento do Prêmio - Com objetivo de assegurar a manutenção operacional da companhia, as taxas puras de riscos são carregadas com percentuais históricos de Remuneração do Capital Próprio (até 5%), de Despesas de Administração (até 10%), e de Despesas de Comercialização (até 25%). **II - Risco associado ao cálculo das provisões técnicas:** A consistência e a adequabilidade das metodologias, regras e critérios das provisões técnicas são revisados periodicamente. Não obstante, cabe salientar que as metodologias, regras e critérios das provisões técnicas são objeto das Avaliações Atuais (vide Parecer Atual) realizadas anualmente e do Teste de Adequação de Passivos (vide nota 3 p) realizado trimestralmente. **Análise de Sensibilidade do risco do negócio:** Definido como risco de negócio, a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros. Como fator de risco eleger-se a variável sinistralidade, definindo-se como parâmetro quantitativo uma elevação de 5 pontos percentuais, arredondamento conservador da média das variações históricas da sinistralidade do período de 3 anos para todos os ramos em que a Companhia atua. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sinistralidade	Redução	2011		2010	
			PL	Resultado	PL	Resultado
Como a redução de 5% na sinistralidade afetaria o exercício	Aumento	Como o elevação de 5% na sinistralidade afetaria o exercício	55.207	55.207	51.453	51.453
			(55.207)	(55.207)	(51.453)	(51.453)

Concentração de riscos: Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco conforme Resolução CNSP nº 228/2010. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. Não consideramos nas informações abaixo o DPVAT e as Retrocessões.

Prêmio de risco por região	2011		2010	
	2011	%	2010	%
Automóveis				
Regras:				
- AC - AM - AP - PA - RO - RR	39.600	3	52.473	3
- C - CE - MA - PI	68.258	5	82.231	5
- 3 - AL - PB - PE - RN	80.893	6	100.201	7
- 4 - BA - SE	70.990	6	79.997	5
- 5 - DF - GO - MS - MT - TO	418.944	33	492.400	32
- 6 - ES - MG - RJ	229.113	18	283.243	19
- 7 - SP	157.750	13	207.093	14
- 8 - PR - RS - SC	195.004	15	227.535	15
Total	1.260.552		1.525.173	

5. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA
A Companhia possui basicamente em seus registros dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista.

Caixa e Contas bancárias	2011	2010
		12
	7.703	512
	7.715	524

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente do vencimento dos títulos.

Títulos	2011		Ajuste a Valor justo	Valor contábil/Valor justo	Taxa de juros
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias			
Quotas de fundos de investimentos	212.940	-	-	212.940	82
Fundo soberano - DPVAT	42.712	-	-	42.712	16
Quotas de fundos de direitos creditórios	-	-	5.160	5.160	2
Categorial I - títulos disponíveis para negociação	255.652	-	5.160	260.812	100
Certificado de depósito bancário	-	-	46.855	46.855	8
com garantia especial	-	-	129.174	129.174	22
Letras financeiras	-	-	20.364	20.364	4
Debêntures	-	-	7.529	7.529	1
Outras aplicações	94	-	-	94	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	268.012	268.012	46
Notas do tesouro nacional - Classe B	-	-	102.006	102.006	3
Categorial II - títulos disponíveis para venda	94	-	573.940	574.034	100
Total	255.746	-	579.100	834.846	2010

Títulos	2011		Ajuste a Valor justo	Valor contábil/Valor justo	Taxa de juros
	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias			
Quotas de fundos de investimentos	137.115	-	-	137.115	78
Fundo soberano - DPVAT	39.398	-	-	39.398	22
Categorial I - títulos disponíveis para negociação	176.513	-	176.513	176.513	100
Certificado de depósito bancário	-	-	40.202	40.202	7
com garantia especial	-	-	99.138	99.138	18
Debêntures	-	-	8.756	8.756	2
Outras aplicações	96	-	-	96	-
Letras do tesouro nacional	-	-	9.996	9.996	9
Letras financeiras do tesouro	-	-	274.629	274.629	50
Notas do tesouro nacional - Classe B	-	-	51.748	51.008	7
Categorial II - títulos disponíveis para venda	96	-	9.996	537.315	100
Total	176.609	-	9.996	537.315	2010

Títulos	2011		Resgates	Juros	Rendimentos	Saldo final
	Saldo inicial	Aplicações				
Quotas de fundos de investimentos	137.115	501.963	(446.067)	-	19.929	212.940
Fundo soberano - DPVAT	39.398	6.353	(7.451)	-	4.412	42.712
Quotas de fundos de direitos creditórios	-	5.000	-	-	160	5.160
Categorial I - títulos disponíveis para negociação	176.513	513.316	(453.518)	-	24.501	260.812
Certificado de depósito bancário	40.202	10.000	(8.558)	-	5.211	46.855
Depósito a prazo	-	-	-	-	-	-
com garantia especial	99.138	92.000	(77.108)	-	15.144	129.174
Letras financeiras	8.821	5.005	(6.132)	(1.148)	983	7.529
Debêntures	274.629	111.025	(146.949)	(2)	29.307	268.012
Letras financeiras do tesouro	49.981	-	(50.000)	-	19	-
Notas do tesouro nacional - Classe B	51.008	44.598	-	(4.980)	11.380	102.006
Notas do tesouro nacional - Classe C	22.681	-	(23.450)	-	769	-
Categorial II - títulos disponíveis para venda	546.556	282.628	(312.197)	(6.130)	63.177	574.034
Total	723.069	795.944	(765.715)	(6.130)	87.678	834.846

Títulos	2011		Resgates	Juros	Rendimentos	Saldo final
	Saldo inicial	Aplicações				
Quotas de fundos de investimentos	94.944	504.752	(472.056)	-	9.475	137.115
Fundo soberano - DPVAT	-	39.398	-	-	-	39.398
Categorial I - títulos disponíveis para negociação	94.944	544.150	(472.056)	-	9.475	176.513
Certificado de depósito bancário	55.649	-	(19.635)	-	4.188	40.202
Depósito a prazo	-	-	-	-	-	-
com garantia especial	78.544	87.500	(77.040)	-	10.134	99.138
Notas promissórias	10.157	-	(10.332)	-	175	847
Debêntures	86	-	-	(792)	847	8.821
Outras aplicações	86	-	-	10	-	96
Letras financeiras do tesouro	300.193	232.927	(285.312)	-	26.821	274.629
tesouro - DPVAT	26.223	74.987	(104.972)	-	3.752	-
Letras do tesouro nacional	36.258	9.189	-	-	4.364	49.981
Notas do tesouro nacional - Classe B	61.040	28.611	(42.077)	(4.619)	8.053	51.008
Notas do tesouro nacional - Classe C	19.773	-	(1.239)	-	4.147	22.681
Categorial II - títulos disponíveis para venda	596.689	433.214	(539.368)	(6.640)	62.661	546.556
Total	691.633	977.364	(1.011.424)	(6.640)	72.136	723.069

d) Determinação do valor justo: Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotizações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ABRACAP) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S/A (BB-DTVM), letras e/ou consultas na BMF&FBovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BMF&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ABRACAP) e o código de precificação de títulos de renda fixa emitidos pelo Comitê de Precificação de Títulos de Renda Fixa (CPTRF). **Valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. Não existem instrumentos financeiros alocados no nível 3 no momento observado.

Títulos	2011		Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
	Nível 1	Nível 2						
Quotas de fundos de investimentos	-	212.940	-	212.940	212.940	-	-	
Fundo soberano - DPVAT	-	42.712	-	42.712	42.712	-	-	
Quotas de fundos de direitos creditórios	-	5.160	-	5.160	5.160	-	-	
Categorial I - títulos para negociação	-	260.812	-	260.812	260.812	-	-	
Certificado de depósito bancário	-	46.855	-	46.855	46.855	-	-	
Depósito a prazo com garantia especial	-	129.174	-	129.174	129.174	-	-	
Letras financeiras	-	20.364	-	20.364	20.364	-	-	
Debêntures	-	7.519	-	7.519	7.519	-	-	
Outras aplicações	-	94	-	94	94	-	-	
Letras financeiras do tesouro	-	267.940	-	267.940	267.940	-	-	
Notas do tesouro nacional - classe B	-	105.408	-	105.408	105.408	-	-	
Categorial II - títulos disponíveis para venda	-	373.348	-	373.348	373.348	-	-	
Total	-	634.160	-	634.160	634.160	-	-	

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 6 vezes. A seguir, a abertura dos prêmios a receber por ramos nas datas indicadas:

Prêmios a receber por ramo	2011		2010	
	Automóvel	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Automóvel	210.671	-	-	522.895
Responsabilidade civil facultativa	64.827	-	-	137.383
Acidentes pessoais/passageiros	3.713	-	-	8.288
Assistência e outras coberturas - Auto	39.017	-	-	2
Demais ramos	2	-	-	2
Total	318.230			668.568

b) Faixa de vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2011	2010
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	100.217	154.855
De 31 a 60 dias	74.348	128.114
De 61 a 120 dias	73.746	184.063
De 121 a 180 dias	17.041	95.196
De 181 a 365 dias	5.185	35.584
Prêmios vencidos		
De 31 a 60 dias	31.893	50.944
De 61 a 120 dias	7.986	13.534
De 121 a 180 dias	2.404	5.319
De 181 a 365 dias	571	1.409
Superior a 365 dias	1.533	-
Cancelamentos	3.006	-
Provisão para riscos de créditos	(6.583)	(2.779)
Saldo final	318.230	668.568

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Créditos tributários a compensar (II)	2011	2010
	Circulante	24.970
IRPJ diferido (I)	48.545	40.340
CSLL diferido (I)	3.199	2.165
Não circulante	51.744	42.595
(I) Créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais. (II) Basicamente as antecipações de IR e CS de competência 2011. a) Créditos tributários: As antecipações de imposto de renda e contribuição social de competência 2011 são registradas no ativo circulante, assim como os tributos retidos na fonte por órgãos de administração pública e os créditos tributários a compensar. A Companhia avalia os seus créditos e passivos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais, em sua totalidade, na data das demonstrações financeiras na medida em que se considera provável que a Companhia terá lucro tributável no futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos constituídos possam ser utilizados. A Companhia registra em créditos e passivos tributários diferidos decorrentes das diferenças temporárias de acordo com as disposições da Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011 e suas alterações posteriores, sendo a base composta da seguinte forma:		
Ativo circulante	2011	2010
Tributos a compensar	820	820
Tributos retidos na fonte	147	112
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.003	36.078
Total	24.970	37.010
Ativo não circulante	42.124	37.043
Contingências tributárias	524	777
Contingências cíveis	2.109	1.935
Provisões administrativas	282	305
Contingências trabalhistas	5.072	1.869
Provisões operacionais	543	666
Ajuste da Lei nº 11.638/07	51.744	42.595

Exigível a longo prazo
Atualização monet. dep. judiciais fiscais
Ajustes a mercado TVM
Total
Total exigível a longo prazo

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social	41.946	41.946	145.680	145.680
aliquotas vigentes	10.463	6.292	36.396	21.852
Diferenças temporárias	8.213	1.225	(3.990)	(2.394)
Diferenças permanentes	(233)	(191)	761	406
Deduções incentivadas	(997)	-	(1.477)	-
Imposto corrente	17.446	7.326	31.690	19.864
Constituição/reversão de crédito tributário	(7.559)	(579)	4.082	2.348
Total	10.887	6.747	3	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

iii) Provisão de tributos em discussão judicial e administrativa: COFINS: Pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e Emenda Constitucional nº 20, promulgada em 16 de dezembro de 1998, foi instituída a COFINS para as Instituições Financeiras, Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Privada. A semelhança de diversas empresas do setor, a Companhia obteve, em junho de 1999, liminar em mandado de segurança, conforme art. 151, Inciso IV do CTN, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, a partir do fato gerador de maio de 1999. Em outubro de 2005, foi publicado acórdão do TRF - 2ª Região à Brasilveículos Companhia de Seguros, determinando o recolhimento integral do tributo, com base na totalidade das receitas (receita bruta), fazendo com que a Companhia passasse a depositar integralmente o valor do tributo. Em 2006, o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes, julgando inconstitucional o alargamento da base de cálculo da COFINS, constituindo precedente jurisprudencial favorável à tese defendida pela Companhia. Face à publicação da Lei nº 11.941/09 revogando o §1º art. 3º da Lei nº 9.718/98, que define receita bruta como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica e devido às novas informações disponíveis, tais como: parecer PGFN/CAT/nº 2.773/07, probabilidade de perda recente indicada pelos advogados patrocinadores da ação, jurisprudência favorável, a Companhia a partir de outubro de 2010 passou a considerar para suas provisões e depósitos judiciais somente as receitas advindas da operação de seguro, revertendo a provisão atualizada referente ao alargamento da base de cálculo (receitas financeiras) para o período de maio de 1999 a setembro de 2010. **PI:** A Companhia impetrou medida judicial requerendo liminar para suspender a exigibilidade da contribuição ao PIS nos termos da Lei nº 9.718/98, assegurando o retorno aos critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 770 e sucessivamente que fosse deferida liminar para autorizar o recolhimento com base de cálculo no faturamento, ao invés da totalidade das receitas (receita bruta). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda.

f) Processos administrativos: CSLL - A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 24.064 (incluindo principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 adotamos o critério para a provisão por baixas maior que 60 dias e em 31 de dezembro de 2010 o critério é maior de 180 dias. Conforme Circular SUSEP nº 424, de 20 de abril de 2011 e suas alterações posteriores, os depósitos de terceiros estão assim distribuídos:

	2011	2010
Depósitos de terceiros	984	7.454
De 1 a 30 dias	1.752	5.606
De 31 a 60 dias	-	2.649
De 61 a 120 dias	-	467
De 121 a 180 dias	-	-
Total	2.736	16.176

14. PROVISÃO TÉCNICA E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Detalhamento das principais provisões técnicas e custo de aquisição diferidos por ramo

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos	571.466	812.226
Automóvel	379.096	640.157
Responsabilidade civil facultativa	115.010	162.163
Assistência e outras coberturas - Auto	70.641	-
Demais ramos	6.719	9.906
Sinistros a liquidar	281.355	270.384
Administrativas	203.902	194.383
Automóvel	148.642	151.960
Responsabilidade civil facultativa	41.349	34.290
DPVAT	5.570	6.195
Acidentes pessoais passageiros	980	1.000
Assistência e outras coberturas - Auto	6.437	-
Demais ramos	924	938
Judicial	77.453	76.001
Automóvel	13.314	11.548
Responsabilidade civil facultativa	40.215	33.236
DPVAT	23.015	30.476
Demais ramos	909	741
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	55.108	38.387
Automóvel	14.833	12.242
Responsabilidade civil facultativa	25.434	23.550
DPVAT	13.995	2.346
Assistência e outras coberturas - Auto	620	-
Demais ramos	226	249
Custo de aquisição diferidos	76.605	108.337
Automóvel	50.667	85.362
Responsabilidade civil facultativa	15.477	21.388
Assistência e outras coberturas - Auto	9.593	-
Demais ramos	868	1.287

b) Movimentações das provisões técnicas

	2011			
	Saldo inicial	Constituição	Reversões	Saldo final
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	812.226	64.376	(305.136)	571.466
Sinistros avisados (PSL + IBNER _{psl})	270.384	38.851	(27.880)	281.355
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR (IBNR+IBNER _{ibnr})	38.387	25.835	(9.114)	55.108
Outras Provisões (PCP+PCP-RVNE+Outras)	5.036	2.654	(3.737)	3.953
Total	1.126.033	131.716	(345.867)	911.882
Custo de aquisição diferidos	108.037	8.941	(40.373)	76.605

	2010			
	Saldo inicial	Constituição	Reversões	Saldo final
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	710.129	126.843	(24.746)	812.226
Sinistros avisados (PSL + IBNER _{psl})	273.871	66.704	(20.191)	270.384
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR (IBNR+IBNER _{ibnr})	22.327	18.052	(1.992)	38.387
Outras Provisões (PCP+PCP-RVNE+Outras)	4.629	1.024	(617)	5.036
Total	960.956	212.623	(47.546)	1.126.033
Custo de aquisição diferidos	85.349	23.629	(941)	108.037

c) Movimentação de sinistros

	2011	2010
Sinistros avisados	692.855	674.832
Alteração de estimativas	(135.645)	(130.974)
Sinistros pagos	1.120.590	1.018.553
Sinistros baixados	(550.002)	(519.979)
Total	1.127.798	1.042.432

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. **Sinistros brutos/liquido de resseguro:** Em milhares de reais

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Montante estimado para os sinistros	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	4.563.641
• Um período após a ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	-	3.587.794
• Dois períodos após a ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	-	-	2.548.379
• Três períodos após a ocorrência	492.326	579.537	671.878	-	-	-	1.743.741
• Quatro períodos após a ocorrência	492.002	580.076	-	-	-	-	1.072.078
• Cinco períodos após a ocorrência	492.627	-	-	-	-	-	492.627
Estimativa dos sinistros na data-base (2011)	492.627	580.076	671.878	805.203	1.043.444	1.074.954	4.668.182
Pagamentos de sinistros efetuados	487.945	573.757	663.220	793.674	1.022.152	849.464	4.390.212
Sinistros Pendentes/IBNR	4.681	6.319	8.657	11.529	21.292	225.490	277.968

e) Custo de aquisição diferido: Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguros são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, o custo de aquisição diferido para seguros de auto, é amortizado ao longo do prazo de vigência estimado para os contratos, com um percentual constante da expectativa de prêmios. O custo de aquisição diferido para produtos de seguros gerais são amortizados ao longo do período em que os respectivos prêmios ganhos são reconhecidos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 242.431 (R\$ 172.431 em 2010), representado por 31.821.068 ações ordinárias nominativas e 31.821.068 ações preferências nominativas sem direito a voto, sem valor nominal, totalmente integralizada. O capital social é integralizado

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

100% e autorizado pela SUSEP de R\$ 222.431 em 2011 e R\$ 172.431 em 2010. **b) Aumento de capital em aprovação:** Conforme deliberado pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de março de 2011, foi aprovado o aumento de capital através de capitalização de Reservas de Lucros no valor de R\$ 50.000. Conforme PORTARIA SUSEP/CGRAT nº 1.247, foi aprovado o aumento de capital em 21 de julho de 2011 no valor de R\$ 50.000. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital através de espécie sem emissão de ações no valor de R\$ 20.000. **c) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentado pelo CPC 24. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Conforme mencionado na nota 16, em virtude do plano de solvência em que a Companhia se encontra os dividendos não foram registrados no passivo. **d) Reserva de capital:** Corresponde à Reserva de Doações e Subvenções de Investimentos decorrentes de Incentivos Fiscais recebidos anteriormente. **e) Reservas de Lucros:** **i) Reserva legal:** Constituída pelo lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social. **ii) Reserva de retenção de lucros:** Constituída de parcela do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da Administração e aprovação da Assembleia Geral, para atender a orçamento de capital aprovado previamente, também pela Assembleia Geral. **iii) Reserva especial para dividendos:** Constituída dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado não distribuídos, conforme § 4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **f) Ajuste com títulos e valores mobiliários:** Ajuste correspondente aos Títulos e Valores Mobiliários classificados pela Administração da Brasilveículos como ativos financeiros disponíveis para venda, computando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **g) Distribuição de resultado:** Para o resultado do exercício, a Administração propõe a seguinte distribuição:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício:	25.112	87.696
Reserva legal:	(1.256)	(3.545)
Lucro líquido pós a Reserva legal:	23.856	84.151
Reserva especial para dividendos:	(5.964)	(21.038)
Transferência para Reserva Suplementar:	17.892	63.113

16. GESTÃO DE CAPITAL

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é otimizar o retorno sobre capital para os acionistas, mantendo níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O Patrimônio Líquido Ajustado resulta do Patrimônio Líquido Contábil após adições e deduções previstas pela Resolução CNSP nº 222, de 06 de dezembro de 2010. O Capital Mínimo Requerido, regulamentado pela Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010 é o montante equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional que a Companhia mantém, a qualquer tempo, para poder operar. O Capital Base é a parcela do capital fixada em função da região de operação, sendo o montante determinado pela Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010. O Capital Adicional, conforme disposto em regulação específica, é o montante variável de capital que a Companhia mantém para poder se proteger dos riscos inerentes a sua operação, sendo classificados, conforme disposto na Resolução CNSP nº 227, de 06 de dezembro de 2010, em cinco grupos de riscos: Risco Legal, Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Subscrição. O Capital Adicional de Risco de Crédito, regulamentado pela Resolução CNSP nº 228, de 06 de dezembro de 2010, está relacionado à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. O Capital Adicional de Risco de Subscrição, regulamentado pela Resolução CNSP nº 158, de 26 de dezembro de 2006, alterada pela Circular SUSEP nº 411, de 23 de dezembro de 2010, está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes da inadequação da precificação, da especificação deficiente das condições de aceitação de determinados riscos, seu exame, aprovação e seus reflexos na estimativa das provisões técnicas, podendo ser analisado pelas seguintes ópticas: i) Risco associado à probabilidade de erro no preço do produto comercializado; e ii) Risco associado ao cálculo das provisões técnicas. A Brasilveículos implementou o Modelo Interno, desenvolvido para avaliar e melhor dimensionar o capital em função dos riscos. O Modelo Interno adotado é atuarialmente desenvolvido e atende às exigências das regulamentações em vigor. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP utilizando as tabelas de fatores suavizadas em função de possuir modelo interno para o risco de subscrição. A reformulação da metodologia para determinação do Patrimônio Líquido Ajustado, a regulamentação de metodologia padrão para mensuração do Capital Adicional de Risco de Crédito e a excelente performance de vendas da Brasilveículos, acima das previsões, aumentaram imediatamente a necessidade de Patrimônio Líquido da Companhia. Contudo, o resultado desse esforço de vendas é diferido para fins de apuração do Prêmio Ganho, não refletindo diretamente no resultado e, por conseguinte, no Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia apurado no mesmo período. Portanto, a suficiência/insuficiência apresentada no período anterior tem como origem o lapso temporal entre os efeitos do aumento do volume de emissões de apólices e o reconhecimento nos resultados e no patrimônio da Companhia, assim como as instituições de novas metodologias para determinação do Capital Mínimo Requerido e para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado. Adicionalmente, em 29 de abril de 2011, a Companhia elaborou o Plano Corretivo de Solvência (PCS) encaminhado à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), onde prevê a regularização dessa situação até o final do 2º semestre de 2011. Conforme demonstrado no item 18 b, o PCS da Companhia foi cumprido. Adicionalmente à readequação do nível de PLA previsto no PCS, a Companhia recebeu, em dezembro de 2011, o aporte adicional de capital no montante de R\$ 20 milhões. Conforme CARTAS/SUSEP/DITEC/CGSOA/

18. RAMOS DE ATUAÇÃO

	2011		
	Prêmio Ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Automóvel	1.093.042	0,73	0,14
Responsabilidade civil facultativa	299.212	0,69	0,13
Acidentes pessoais passageiros	18.080	0,11	0,13
Assistência e outras coberturas - Auto	91.995	0,55	0,14
DPVAT	50.039	0,87	0,10
Demais ramos	5	33,24	0,01
Total	1.552.373	0,71	0,13

19. TAXAS DE CARREGAMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

A Companhia adota os seguintes intervalos a título de carregamento: • Despesas de Administração: 10% a 20%; • Despesas de Comercialização: 20% a 40%; • Margem de Lucro Esperada: 0% a 10%.

20. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona e administra plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período reconhecidas na demonstração do resultado totalizaram R\$ 577 em 2011 (2010 - R\$ 520).

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) A Administração identificou como partes relacionadas a Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, que compõem o GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC 05. b) Essas operações foram realizadas em condições compatíveis com as de mercado e se referem, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. c) A remuneração do pessoal-chave da administração é contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. d) Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária e membros da Diretoria e seus familiares.

	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Administradores	1.306	839	(4.205)	-	889	(3.858)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	16	48	(639)	17	51	(658)
Brasilecap Capitalização S.A.	14	-	14	11	-	11
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	-	37.782	(182.234)	-	78.188	(206.058)
BBDTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	-	685	(7.272)	-	628	(6.724)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	(6.75)	-	-	(630)
BB Tur Viagens e Turismo S.A.	22	-	(2.628)	87	-	(1.850)
BB Previdência Privada - Fundo de Pensão do Banco do Brasil	210	-	33	177	-	44
BB Administradora de Cartões de Crédito	-	-	(7.002)	-	-	(6.920)
Total	1.568	39.354	(204.608)	292	79.756	(226.643)

COASO/Nº 101/2011, datada em 28 de outubro de 2011, foi aprovado em 21 de outubro de 2011 o Plano Correto de Solvência, apresentado pela Brasilveículos Companhia de Seguros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

	2011	2010
Patrimônio líquido	452.755	406.162
Despesas antecipadas	(52.583)	(74.092)
Ativos Diferidos	(738)	(2.050)
Ativos Intangíveis	(8.321)	-
Obras de Arte	(1)	-
Patrimônio líquido ajustado (a)	391.112	330.020
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	262.131	314.863
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	314.574	262.712
Margem de solvência (b)	314.574	314.863
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	326.456	341.915
Capital adicional de crédito - CAC	28.766	-
Benefício da correlação entre o CAC e CAS	(1.526)	-
Capital adicional	353.696	341.915
Capital mínimo requerido - CMR (c)	356.748	356.915
Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	356.748	356.915
Suficiência de capital (a - c)	34.364	(26.895)
Suficiência de capital (% da EC)	1,0963	0,9246

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2011	2010
Sinistro ocorridos	(1.096.883)	(1.019.628)
Sinistros diretos	(1.163.091)	(1.073.278)
Sinistros de consórcios e fundos	(39.857)	(38.350)
Recuperação de sinistros	1	(5)
Salvados e ressarcimentos	126.813	121.070
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(20.749)	(29.065)
Custo de aquisição	(204.991)	(177.125)
Comissões	(173.559)	(139.812)
Variação de custos de aquisição diferido	(31.432)	22.687
Despesas administrativas	(179.773)	(175.861)
Pessoal próprio	(59.977)	(54.171)
Serviços de terceiros	(57.646)	(51.196)
Localização e funcionamento	(33.494)	(28